

Congresso só vai trabalhar mais este mês

Apesar da campanha eleitoral à sucessão do presidente José Sarney não ter atingido a força plena, o Congresso Nacional já demonstra sinais de esvaziamento. A situação deverá se agravar a partir do mês que vem, quando, provavelmente, os projetos de lei de maior urgência só serão apreciados por voto de liderança. Os próprios parlamentares reconhecem que depois do recesso legislativo, que começa dia 1º de julho, o Congresso só se reunirá em caso de convocação extraordinária, já que estarão empenhados na campanha de seus candidatos às eleições presidenciais.

O comparecimento reduzido de congressistas ao plenário às vésperas de eleições de qualquer natureza já é rotina na Câmara e no Senado. O esvaziamento ocorre normalmente a partir de agosto. A única exceção aconteceu no ano passado, pois os parlamentares só puderam se dedicar às eleições municipais em setembro, quando foram concluídos os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Este ano legislativo também está representando uma exceção, pois desde o início do funcionamento do Congresso a falta de **quorum** atropela constantemente as votações. Tanto o é, que a nova política salarial e o valor do salário mínimo de NCz\$ 120,00, a partir de 1º de junho, foram aprovados na Câmara por voto de lideranças. Caso a verificação de **quorum** tivesse sido feita, provavelmente iria se constatar que não havia mais de 200 deputados em plenário, quando o mínimo necessário para qualquer deliberação é 249.

As conseqüências políticas da aprovação de um projeto também colaboram para a morosidade do processo legislativo de um País que precisa de 300 leis ordinárias e complementares para regulamentar a sua Constituição. Isso ocorre principalmente em relação às medidas provisórias que estão sendo adotadas constantemente pelo presidente José Sarney.

Para o deputado José Costa (PMDB-AL) a ausência a partir de 1º de julho será inevitável e independe de descontos na folha de pagamento. Na sua opinião, esse é um fato "normal", mas critica a forma como os trabalhos estão sendo conduzidos em um período em que muitas matérias poderiam ser aprovadas. Costa afirma que se houvesse qualquer tipo de priorização para a votação de projetos, o "Congresso não estaria vivendo ainda hoje como nos tempos da ditadura militar onde o Executivo determinava o que seria votado".

O vice-líder do PT, deputado Paulo Paim (RS), discorda de José Costa e afirma que as Mesas das duas Casas têm que se esforçar "para garantir a presença dos parlamentares mesmo à época das eleições. Explica que o "pique" de qualquer campanha ocorre de sexta-feira a domingo, o que não "impede" aos parlamentares de estarem presentes às sessões de terça, quarta e quinta.